

C/

Oliveira

Reunião Ordinária – Ata nº 02/2017

Data – 24-01-2017

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 10.42 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luís Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço

A Técnica Superior – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 23-01-2017:

a) Dotações Orçamentais €8.221.548,87
b) Dotações não Orçamentais €131.140,52

Total das Disponibilidades €8.352.689,39



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara deu conhecimento de que a NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém tornou públicos os resultados de um estudo sobre as exportações das empresas no Distrito de Santarém, no qual as empresas do concelho de Abrantes se destacam relativamente a outros concelhos.

Referem os dados que, no Médio Tejo, Abrantes é o concelho que mais cresceu em matéria de exportações, ou seja +20,93%, seguido de Constância (+9,44%), Ferreira do Zêzere (+ 9,34%) e Tomar (+9,15%).

Ao nível do distrito, os concelhos de Chamusca (29,15%), Abrantes (20,93%) e Rio Maior (15,42%) foram os que mais cresceram.

Em termos absolutos, e no distrito, o concelho que mais cresceu em exportações foi o de Abrantes, com 42,16 milhões, seguido de Rio Maior (15,221 milhões), Constância (13,47 milhões), Benavente (12,212 milhões), Santarém (9,034 milhões) e Torres Novas (7,36 milhões).

Segundo a nota de imprensa da Associação Empresarial, quando se analisa as NUT's III, o Médio do Tejo obteve um desempenho muito melhor (+8,67%) que a Lezíria do Tejo (+ 2,65%).

Tomado conhecimento.



Informou que ontem, dia 23 de janeiro, no Parque Tenológico do Vale do Tejo, em Abrantes, teve lugar uma sessão de lançamento de uma campanha do Município de Abrantes para o desenvolvimento económico, Abrantes Invest.

Estiveram presentes a Presidente da CCDR Centro, Ana Abrunhosa, que fez uma apresentação sobre os programas e incentivos disponíveis para apresentação de candidatura por parte das empresas, e o Secretário de Estado para Desenvolvimento e Coesão, Nelson de Souza.

Entregou aos vereadores um exemplar em papel de informação compilada e a disponibilizar aos investidores interessados acerca de incentivos fiscais e financeiros e da disponibilização das infraestruturas, que se encontra disponível também no sítio eletrónico do Município de Abrantes.

Tomado conhecimento.



Informou que a Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitetos (OASRS) anunciou os resultados do Concurso Internacional de Ideias para o Castelo de Abrantes.

O Concurso foi lançado pela Câmara Municipal de Abrantes em parceria com a Ordem, no âmbito do Programa escolha-arquitetura. O desafio foi para a apresentação de propostas de qualificação e valorização do Castelo de Abrantes, através da criação de programas para fins lúdicos, culturais e turísticos.

No total, foram submetidas 12 propostas, sendo a primeira classificada a proposta coordenada pela arquiteta Laura Bacete Cebrián, membro do Colégio Oficial de Arquitetos de Madrid.

Esta proposta "estabelece cenários de reativação do Castelo, definindo uma estratégia de intervenção criando condições para um potencial desenvolvimento de novas valências, apresentando também uma investigação sobre a vida cultural da cidade que fundamenta as opções programáticas tomadas", numa lógica de complementaridade com todas as intervenções que estão previstas fazer no centro histórico, no âmbito da regeneração urbana.

Trata-se de uma proposta base com um conjunto de intervenções que terão que ser concretizadas de forma faseada e priorizada.

A cerimónia de entrega de prémios e apresentação da proposta vencedora está marcada para o dia 30 de janeiro, pelas 18 horas, na igreja de Santa Maria do Castelo, com entrada livre à comunidade. Na oportunidade abre ao público a exposição que vai mostrar os trabalhos concorrentes.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara informou que decorreu no ParqueTejo, em Abrantes, no passado dia 19 de janeiro, a sessão de apresentação do Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental 2017, numa cerimónia que contou com as presenças do Ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, do Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, do Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Nuno Lacasta, do Inspetor-Geral da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), Nuno Banza, das mais diversas entidades envolvidas e dos autarcas da região.

Trata-se de uma ação integrada com incidência nacional. Como novidade, foi anunciada a efetiva articulação e envolvência dos meios e informação disponível de várias entidades: a IGAMOT, a APA; as cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e o Serviço de Proteção da Natureza (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Disse que, no decorrer da sua intervenção, informou o Ministro que o Tejo que viu naquele dia em Abrantes "não é o normal", tendo em conta aos habituais baixos caudais do rio e aos focos de poluição. Salientou importância do envolvimento das autarquias nesta matéria, apontando dois pontos nucleares constantes no relatório da Comissão de Acompanhamento sobre Poluição no Rio Tejo como tendo sido fruto da posição firme por parte das câmaras ribeirinhas, através da CIMT: reforço da monotorização e modelação das massas de água e a definição de Caudal Ecológico para as Barragens de Fratel e Belver

A Presidente da Câmara informou que o Ministro do Ambiente garantiu que até ao final de julho será fixado o caudal destas barragens e que, em breve, serão instalados mecanismos para a devida monotorização.

O ministro anunciou igualmente que está em construção pública um documento estratégico de educação ambiental, sendo os trabalhadores das indústrias e os próprios industriais um alvo deste programa de educação ambiental. O programa vai incidir em cinco setores: as escolas, as Câmaras Municipais, as empresas, as organizações não governamentais e as áreas protegidas, nas suas estruturas de educação ambiental.

Também foi anunciada a criação, no âmbito do Programa SIMPLEX, da Plataforma iFAMA-Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente - através de uma candidatura liderada pela IGAMAOT, que envolve 20 organismos de três ministérios.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara disse que, no dia 18 de janeiro, foi recebida na Câmara Municipal uma comitiva da Câmara Municipal de Torres Vedras, liderada pelo seu Presidente, Carlos Bernardes, que solicitou este encontro no sentido de conhecer o projeto municipal "Abrantes Cidade Inteligente", designadamente a "Plataforma 360", para obter uma visão integrada do que a Câmara está a desenvolver.

Como forma de agradecimento o Presidente da Câmara de Torres Vedras fez questão de oferecer ao Município de Abrantes "O Foral Novo Torres Vedras 1510".

Tomado conhecimento.



Referiu que participou, como oradora, no passado dia 21 de janeiro, na Conferência Nacional sobre os 40 anos do Poder Local Democrático, realizada no Município de Loures.

Disse ter sido convidada pela organização, enquanto Presidente da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para falar sobre "Comunidades Intermunicipais: O novo nome das regiões?"

Esta Conferência Nacional pretendeu discutir um conjunto de temas atuais, juntando universidades, especialistas, investigadores, autarcas e a sociedade civil. – PG 313863

Tomado conhecimento.



Informou que, no passado dia 21 de janeiro, no Cineteatro São Pedro, a Câmara Municipal participou na XII edição da Gala Antena Livre & Jornal de Abrantes que, mais uma vez, assinalou os aniversários destes dois órgãos de comunicação social local. Reconheceu o grande mérito dos dois e salientou que levam ao cidadão aquilo que a comunicação social nacional quase nunca faz.

A Presidente da Câmara disse que este evento proporcionou diversos momentos culturais e, nele, foram distinguidas, em diversas áreas, dez personalidades e instituições, quer a nível local como a nível regional ou nacional.

Referiu também, e congratulou-se com isso, que foi um momento que levou Abrantes para fora daquilo que são os seus domínios territoriais.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara informou que esteve ontem, dia 23 de janeiro, presente no Debate Público sobre a Reforma da Floresta, que se realizou na Escola Superior Agrária de Santarém, com a presença do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento territorial, Amândio Torres.

Este debate foi o último de um intenso programa de debate das propostas que constituem esta reforma, do qual fizeram parte um ciclo de 7 debates regionais, e cuja discussão pública termina no próximo dia 31 de janeiro.

Informou que se esperam algumas novidades acerca da reflorestação e plantação de eucaliptos, tema que não tem gerado consensos nas reuniões de câmara, embora seja uma preocupação partilhada por todos, uma vez que à Câmara Municipal compete tão somente a emissão de um parecer técnico, fundamentado na lei e não vinculativo.

Tomado conhecimento.



Congratulou-se pelo facto de, apesar do frio que se fazia sentir, a Igreja de São Vicente ter estado cheia no Concerto de Ano Novo, no passado dia 14 de janeiro, com a participação do Quarteto Arabesco e do pianista Adriano Jordão.

Tomado conhecimento.



Referiu que, enquanto Presidente da Tecparques – Associação Portuguesa de Parques de Ciência e Tecnologia, recebeu, no Parque Tecnológico do Vale do Tejo, uma comitiva da Câmara Municipal de São João da Madeira, local onde decorrerá o próximo Encontro Ibérico de Parques de Tecnologia, em maio.

Também nessa qualidade irá estar presente numa reunião do Comité Consultivo do IASP – Associação Mundial dos Parques de Ciência e Tecnologia, em Málaga, Espanha, nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 2017.

Tomado conhecimento.

Ainda em matéria de desenvolvimento económico, a Presidente da Câmara disse que no dia 30 de janeiro, através da TagusValley e com empresas instaladas no Parque Tecnológico do Vale do Tejo, estará presente numa iniciativa acerca da indústria 4.0., em Leiria.

Tomado conhecimento.



No próxima quarta-feira, dia 25 de janeiro, a convite do Ministro Eduardo Cabrita, irá estar presente numa reunião sobre a descentralização de competências para as autarquias, em Lisboa.

Tomado conhecimento.



No âmbito da reabertura da Secção de Família e Menores do Tribunal de Abrantes, espera-se, em breve, a presença da Secretaria de Estado, para a inauguração oficial desta valência.

Tomado conhecimento.



Informou que, no próximo dia 3 de fevereiro, sexta-feira, no Cineteatro São Pedro, a fadista abrantina Francisca Gomes irá apresentar ao público a edição do seu trabalho.

Tomado conhecimento.



No mesmo dia, disse, decorrerá o concerto oferecido aos Presidente de Câmara pelo Presidente da República, depois do seu reagendamento, em consequência do falecimento do Dr. Mário Soares.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara deu conhecimento de que, nos próximos dias 26, 27 e 28 de janeiro, se deslocará a Dusseldorf, na Alemanha, enquanto Presidente da CIMT - Comunidade Intermunicipal de Abrantes, para participar na Boot 2017, uma das maiores feiras mundiais de náutica de recreio e desportos náuticos, na qual se pretende a divulgação do wakebord e do parque de wakebord da Albufeira do Castelo de Bode.

Tomado conhecimento.

VEREADORA RICARDINA LOURENÇO

A Vereadora Ricardina Lourenço apresentou uma proposta de moção acerca da Central Nuclear de Almaraz - Espanha.

A Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal se encontrava impedida de discutir, de imediato, a proposta de moção por a mesma não constar na ordem de trabalhos da reunião de câmara, facto que lamentou.

A Vereadora Ricardina Lourenço entregou a proposta, tendo a mesma sido remetida pela Presidente da Câmara aos serviços para inclusão na ordem de trabalhos na reunião de 7 de fevereiro de 2017. – PG 317229



VEREADORA ELZA VITÓRIO

A vereadora Elza Vitório, relativamente à proposta vencedora para requalificação do Castelo de Abrantes e na sequência da informação prestada, quer agora, quer antes, pela Presidente da Câmara, solicitou a confirmação se esta proposta efetivamente previa a eliminação do Parque Radical

A Presidente da Câmara confirmou esse facto. O projeto ganhador retira daquela localização o Parque Radical que, embora tenha muita utilização, pelas crianças e pelos jovens, não é um bom cartão de visita. O espaço que ocupa é um espaço muito nobre e que tem que ter outras funções. Por estas razões, há a intenção de mudar o Parque Radical de localização, mantendo a sua utilidade.

Anotou que tem sido recebido um conjunto de ecos muito positivos sobre este cenário proposto.

Salientou que a proposta ganhadora será assumida como um *master plan*. Não prevê uma intervenção propriamente dita, mas um conjunto de valências a introduzir nos diversos espaços e depois dará a liberdade de trabalhar sobre cada um dos locais e dar azo aos projetos de intervenção respetivos.

A vereadora Elza Vitório disse que a sua abordagem neste ponto está relacionada com o estado de degradação do equipamento, que não está em condições de utilização.

A Presidente da Câmara disse que tem vindo a fazer a manutenção regular ao longo do tempo, de modo a oferecer condições de segurança. Trata-se de um equipamento muito vulnerável, não pela grande utilização, mas porque está sujeito a atos de vandalismo, como todos sabem. O seu aspeto visual tem sido muito difícil de manter, também porque está num local, como disse antes, tão nobre.

✓
OK

A vereadora Elza Vitório, acerca das anunciadas medidas de reforço da produção de energia renovável, que todos desejam que seja uma realidade, referiu-se também à mini-hídrica junto ao açude insuflável no rio Tejo, questionando se há alguma empresa interessada na sua exploração.

Questionou igualmente o andamento do processo com vista à reparação e manutenção do equipamento.

A Presidente da Câmara disse que, desde há muito, se tem vindo a trabalhar no sentido de criar condições para a instalação de mini-hídrica. Foi lançado concurso público e foi escolhido o promotor privado para a instalação, que inclusivamente pagou um valor previsto no programa de concurso para poder instalar, contudo, o anterior governo decidiu suspender o processo. Pelo que tem conhecimento o processo ainda não terminou nem foi extinto.

Como é sabido, a Câmara Municipal previa, no âmbito dessa instalação, que a manutenção do açude passasse a ser da responsabilidade do explorador, que ficaria igualmente responsável pela obtenção do necessário licenciamento da escada de passagem de peixe.

De qualquer forma, a Câmara Municipal também não ficou à espera da conclusão deste processo. Estão em curso diligências quer para a manutenção, quer para o licenciamento. Está também em curso um estudo, por parte de dois investigadores, com conhecimento nesta área, para conhecer o que há a melhorar e também instalar um sistema de monitorização. Os resultados dessa monitorização deverão ser disponibilizados ao público no ParqueTejo, o que terá o efeito também potenciador daquele equipamento municipal.

Sobre a manutenção, a empresa que fez a conceção e que trabalhava, na altura, com este tipo equipamento (Bridgestone), já não o faz. Assim, e em conjunto com o consórcio responsável pela obra, procurou-se uma alternativa. Neste momento, aguarda-se por uma proposta para a execução de correções de problemas numa comporta, fruto, em grande parte, de atos de vandalismo.

Depois disto, e visto que já decorreu o prazo de garantia da obra, será levado por diante um plano de monitorização e manutenção contínua dos equipamentos.

Lembrou ainda que, no âmbito do projeto de Abrantes Cidade Inteligente, foram instaladas câmaras de vigilância que estão ligadas 24 horas por dia ao comando dos Bombeiros de Abrantes, pelo que, a todo o momento, poderão verificar-se e registar-se quaisquer anomalias, que decorram quer funcionamento da própria estrutura, quer de atos ilícitos ou mesmo de vandalismo.

Para concluir, a Presidente da Câmara disse que espera que, a qualquer momento, possa trazer mais novidades sobre estas questões do açude insuflável sobre o rio Tejo.



Antes de passar à ordem de trabalhos, a Presidente da Câmara partilhou uma mensagem que acabara de receber por parte o abrantino Octávio Oliveira, anterior governante, que felicita a autarquia pela iniciativa Abrantes Invest.

Congratulou-se pelo facto de prevalecer o espírito construtivo em torno de uma comunidade, mesmo que, por vezes, com opiniões políticas sejam divergentes.

A Vereadora Elza Vitório manifestou igualmente a sua satisfação pela mensagem e pela amizade que comunga com o seu remetente.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Gabinete de Apoio à Presidência

Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou correspondência do CRIA – Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, a agradecer a colaboração da Câmara Municipal através da cedência e montagem de palco para a realização da sua Festa de Natal. – PG 310364

Tomado conhecimento.



Nº 02 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da reunião nº 14 do Conselho Municipal de Segurança (CMS), realizada no passado dia 15 de dezembro de 2016. – PG 315634

A Vereadora Celeste Simão, que presidiu à referida reunião do CMS, apresentou o documento e acrescentou que o Comandante da Polícia de Segurança Pública de Abrantes referiu, nessa reunião, duas questões merecedoras de destaque acerca desta problemática, nomeadamente:

- Não sendo ainda conhecidos os dados relativos ao ano 2016, porque era 15 de dezembro, estimava-se um aumento em cerca de 4 crimes, o que considerou não ser significativo;
- Afirmou que tudo o que foi, é, dito e divulgado nas redes sociais é, ele próprio, provocador de insegurança e potencia a criminalidade.

Tomado conhecimento.



Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano

Nº 03 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para aprovação, minuta de escritura de compra e venda a celebrar entre o Município de Abrantes e Momsteelpor, S.A., com vista à venda dos lotes I59 e I60 do Parque Industrial de Abrantes, pelo valor de 19.350,00€ (dezanove mil trezentos e cinquenta euros),



assim como, o Documento Complementar, elaborado nos termos do nº 2 do artigo 64º do Código do Notariado. – PG 239649

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de escritura de compra e venda, assim como o citado Documento Complementar, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 04 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 12 de janeiro de 2017, a dar conta da entrada na conta do Município do montante de 201.308,38€ (duzentos e um mil trezentos e oito euros e trinta e oito céntimos), referente a juros de IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis e IMT – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, acumulados nos últimos 11 anos, nos cofres do Estado. – PG 311860

A Presidente da Câmara disse que a AT – Autoridade Tributária e Aduaneira não tem sido transparente na informação prestada acerca da arrecadação destas receitas municipais e que só agora é feita a transferência dos valores respeitantes aos juros acumulados provenientes dessas receitas.

Assim, congratulou-se com a justiça desta medida, bem como com o aumento inesperado da receita municipal, no orçamento para 2017.

A Vereadora Elza Vitório questionou se a autarquia já saberia qual o destino a dar a esta verba. Em caso negativo, sugeriu que fosse realizada uma avaliação dos investimentos realizados, até ao momento, nas freguesias rurais e dois quais as pessoas dessas freguesias rurais beneficiem. Em resultado desse levantamento – que solicitou, desde já, que lhe fosse também facultado – o valor deveria ser redistribuído por essas freguesias, por forma a gerar mais equidade.

A Presidente da Câmara agradeceu a sugestão e disse ser intenção do executivo em funções colocar esta verba adicional ao serviço do cidadão, independentemente de ser da zona mais rural ou da zona mais urbana, até porque se desconhece quem mais contribuiu e, genericamente, dirá respeito a todos.

Os serviços reunirão com os presidentes das várias juntas de freguesia, no sentido de elencar e priorizar alguns pequenos investimentos de proximidade que se considerem importantes. Está já prevista no orçamento uma verba para estes investimentos de proximidade e há a intenção de a reforçar.

Conta que, em breve, possam ser dadas a conhecer as prioridades apontadas pelas juntas de freguesia para estes investimentos.

A Vereadora Elza Vitório disse que a sua sugestão ia ao encontro do que foi referido pela Presidente da Câmara e congratulou-se por isso.

Disse que a diferença apenas tinha a ver com o facto de ser proposto maior investimento nas freguesias rurais, por lhe parecer – apenas parecer, sem ter certezas - que estas estariam menos dotadas de apoio.

A Presidente da Câmara disse que mesmo as freguesias mais urbanas, num conceito mais alargado, têm também zonas rurais e que estaria certa que todos irão ficar satisfeitos com as propostas que os presidentes de junta, conhecedores da realidade, irão elencar.

Tomado conhecimento.



Nº 05 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 12 de janeiro de 2017, referindo que, iniciado o mês de janeiro de 2017, procedeu-se ao cálculo dos fundos disponíveis nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na redação atual. Pela análise dos dados do mapa dos "pagamentos em atraso", verifica-se o ano 2016 terminou sem "pagamentos em atraso". No entanto, por prudência face à conjuntura atual de tendência de redução da receita, os fundos disponíveis para o mês de janeiro foram calculados de acordo com o estipulado no nº 1 do artigo 8º da LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, ou seja, a previsão da receita efetiva própria teve como limite máximo 85% da média da receita efetiva cobrada nos últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita com carácter pontual ou extraordinário.

Neste sentido, sugere que se continue a seguir a mesma metodologia de cálculo ao longo do ano. Para além da previsão da receita efetiva própria, foi considerado o saldo transitado do ano 2016, nos termos da alínea a) do nº3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, no montante de 7.714.526,71€, entretanto autorizado pela Câmara Municipal. Seguindo o indicado nos manuais de procedimento da LCPA da DGO – Direção Geral do Orçamento e DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, os primeiros compromissos a registar ao abrigo deste montante foram os cerca de 2.122.112,02€ de "compromissos assumidos e não pagos" da gerência 2016 (+3% do que no ano anterior) e os compromissos registados para "anos futuros", no montante de 8.294.023,20€ (+11% do que em 2016).

Findo o processo atrás indicado, os Fundos Disponíveis para janeiro de 2017, ascendem a 11.400.492,55€ para a assunção de novos compromissos para o período janeiro a junho de 2017 (6 meses). Seguindo o estipulado no artigo 8º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, proceder-se-á, ao registo de compromissos com despesas certas e permanentes, nomeadamente, despesas com o pessoal e encargos de instalações (água, energia), as quais serão comprometidas até final do ano, procedendo-se de seguida ao respetivo agendamento mensal. – PG 314359

Tomado conhecimento

Nº 06 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 16 de janeiro de 2017, que remete para aprovação, despesa referente à comparticipação do Município no projeto da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, designado por "Portugal 2020 - Apoio e Contratualização", o qual corresponde à assunção da delegação de competências, bem como, dos restantes direitos e deveres da CIMT enquanto organismo intermédio de gestão do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para o período de programação comunitária 2014/2020, celebrado entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regional do Centro, Inclusão Social e Emprego (POISE), Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR) e o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR).

De acordo com indicação da CIMT, a despesa inerente ao ano 2017, no valor de 3.430,67€ (três mil quatrocentos e trinta euros e sessenta e sete céntimos), e o montante de despesa total para o projeto, prevista para 2016, ascende a 24.284,33€ (vinte e quatro mil duzentos e oitenta e quatro euros e trinta e três céntimos), pelo que o montante da comparticipação do Município de Abrantes corresponde a 14% desse montante. – PG 314211

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa referente à comparticipação do Município no projeto da CIMT, designado por "Portugal 2020 - Apoio e Contratualização", no valor de 3.430,67€ (três mil quatrocentos e trinta euros e sessenta e sete céntimos), correspondente a 14% do montante da comparticipação do Município de Abrantes, no referido projeto.

■■

Nº 07 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 13 de janeiro de 2017, acerca do pedido apresentado pelo projetista "Telmo Pissarra de Abreu da Cruz" para a libertação da garantia bancária nº GAR/10300448, no montante de 3.655,00€ (três mil seiscentos e cinquenta e cinco euros), emitida pela entidade bancária "BPI, S.A." e apresentada no âmbito do Contrato nº 08/2010 - Contrato de Prestação de Serviços para "Conceção do Projeto do Centro Náutico de Abrantes, no Aquapolis – Margem Norte".

Trata-se de garantia bancária nº GAR/10300448, no montante de 3.655,00€ (três mil seiscentos e cinquenta e cinco euros), emitida pela entidade bancária "BPI, S.A." - PG 139424

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a libertação da referida garantia bancária, tendo em conta os anos decorridos e o facto de não haver intenção de execução da obra.

■■

Nº 08 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 18 de janeiro de 2017, que remete para aprovação, o parecer prévio vinculativo, relativo à "Aquisição de serviços de contabilidade e administração autárquica, para apoio especializado à Divisão Financeira". – PG 314670



C
AT

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio relativo à "Aquisição de serviços de contabilidade e administração autárquica, para apoio especializado à Divisão Financeira", nos termos do nº 7, conjugado com o nº 6, do artigo 51º da Lei do Orçamento de Estado para 2017(Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro), e de acordo com a citada informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

◎◎

Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 18 de janeiro de 2017, que remete para aprovação, o parecer prévio vinculativo, relativo à "Aquisição de serviços na área de serviço social, para apoio especializado à Divisão do Conhecimento e Intervenção Comunitária", para apoio especializado à Divisão do Conhecimento e Intervenção Comunitária". – PG 315629

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio relativo à "Aquisição de serviços na área de serviço social, para apoio especializado à Divisão do Conhecimento e Intervenção Comunitária", nos termos do nº 7, conjugado com o nº 6, do artigo 51º da Lei do Orçamento de Estado para 2017 (Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro), e de acordo com a citada informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

◎◎

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 19 de janeiro de 2017, referindo que, tendo sido instaurado processo de execução fiscal em nome de "Henrique Freitas Veríssimo", em resultado do não pagamento de dívida, no montante de 56,00€ (cinquenta e seis euros), relativa a dois transportes de ambulância, realizados em 2011, veio o munícipe requerer anulação da dívida, alegando situação de carência socioeconómica do seu agregado familiar. A situação foi analisada por parte do serviço de ação social da Divisão de Conhecimento e Intervenção Humanitária, tendo este concluído existir, de facto, uma situação económica de carência, pelo que sugere a anulação da dívida ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças do Município. – PG 70969

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a anulação da referida dívida e respetivo processo de execução fiscal, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças do Município, nos termos da informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa e do Serviço de Ação Social da Divisão de Conhecimento e Intervenção Humanitária.

Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 19 de janeiro de 2017, na sequência do pedido da Divisão de Cultura, Património e Desporto, remete para aprovação, despesa no montante de 712,50€ (setecentos e doze euros e cinquenta céntimos), relativa ao fornecimento de refeições aos participantes nas Férias Jovens – Natal 2016, por parte do Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município e o referido Centro Social. – PG 310042

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa no montante de 712,50€ (setecentos e doze euros e cinquenta céntimos), relativa ao fornecimento de refeições aos participantes nas Férias Jovens – Natal 2016, por parte do Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado.

■■■

Nº 12 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 13 de janeiro de 2017, remetendo para aprovação a listagem dos pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados durante o mês de dezembro de 2016, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 33,49€ (trinta e três euros e quarenta e nove céntimos).

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que nenhum dos requerentes tem dívidas ao Município à data daquela informação. – PG 309708

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados durante o mês de dezembro de 2016 que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 33,49€ (trinta e três euros e quarenta e nove céntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

■■■

Divisão de Cultura, Património e Desporto

Nº 13 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, remete o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito no período de 23 de janeiro a 07 de fevereiro de 2017, no âmbito do

plano de atividades para 2017 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, museus e património, bibliotecas, arquivo e juventude. – PG 315211

Tomado conhecimento.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 14 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 09 de janeiro de 2017, acerca do pedido da empresa Victor Guedes-Indústria e Comércio, S.A., a solicitar informação prévia para a construção de cobertura (telheiro) e substituição de revestimento de fachada nas suas instalações, sitas na Rua José Domingos Catroga, em Carvalhal, da União de Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, em Abrantes. – PG 299218

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido de informação prévia apresentado, relativo à construção de cobertura (telheiro) e substituição de revestimento de fachada.

Deverá ser remetida cópia do parecer emitido pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, e informar a firma titular do processo que, num eventual pedido de licenciamento, deverá assegurar os procedimentos previstos no capítulo IV (regime das alterações) do Decreto-Lei nº 73/2015 de 11 de maio, que procede à primeira alteração ao Sistema da Industria Responsável (SIR) aprovado pelo Decreto-Lei nº 169/2012 de 1 de agosto, nos termos eventualmente aplicáveis.



Nº 15 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

Tomado conhecimento.



Unidade Orgânica de Desenvolvimento Económico e Turístico

Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação do Coordenador da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Económico e Turístico, datada de 12 de janeiro de 2017, remetendo para aprovação, a minuta do acordo de empréstimo da exposição itinerante a celebrar entre o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC) da Universidade de Lisboa e o Município de Abrantes, com vista ao empréstimo, a título gratuito, de exposições itinerantes temporárias propriedade do mesmo, designadamente,

"Jogos Matemáticos através dos Tempos"; "Morcegos Lusos"; "UM mundo de insetos"; "100 traças" e "Briófitas e Líquenes: habitantes discretos da floresta", que pelo seu valor científico, criarião uma mais valia, inequívoca, para a dinamização do Parque Tejo.

Mais informa que as condições do empréstimo são, em termos gerais, o levantamento e entrega nas instalações do museu e a apresentação de um seguro que cubra a exposição, em regra, de valor equivalente a 50€ por exposição. – PG 314678

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta do acordo de empréstimo, nos termos da citada informação do Chefe da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Económico e Turístico, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

■■■

Serviços Municipalizados de Abrantes

Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, proposta dos Serviços Municipalizados de Abrantes, para autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro), para o ano de 2017. – PG 314356

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro), para o ano de 2017 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

■■■

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas dez horas e quarenta e dois minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA
Ramalho C. dos Santos
A TÉCNICA SUPERIOR
Cecília Alexandra Festino Sáuv

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 24.01.2017

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG6938/2015:221579	07-05-2015	221581278	João Ribeiro Rodrigues / Rua da Esperança, 323 - 1.º - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Regularização de edifício destinado a garagem / Rua da Esperança, n.º 323 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	09-01-2017	Deferida licença, nos termos sugeridos
PG6016/2014:169215	24-04-2014	121161897	António Joaquim Dias / Rua Principal, n.º 44 - Barrada - São Facundo - União das Freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Demolição e construção de anexos / Rua Principal, n.º 44 - Barrada - São Facundo - União das Freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	09-01-2017	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG10519/2015:231804	13-07-2015	162601107	Francisco Ortigão de Almeida Sampaio / Praceta Eugénio de Castro, n.º 4 - 1.º Dto - Carnaxide	Construção de habitação / Monte Novo - Carvalhal - Vale das Mós - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	13-01-2017	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG6507/2015:220327	28-04-2015	149112084	Joaquim da Conceição Valente / Rua António Livramento, 4 - Lisboa	Recuperação e conservação de edifício / Rua Papa João XXIII, n.º 37 - Tapadão - União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	18-01-2017	Deferido pedido de autorização de utilização